

A ABOLIÇÃO DO GÊNERO PARA A SUA EXPANSÃO

IRA HYBRIS

ATRÁVÉS
editora



A abolição do género para a sua expansão

1ª edição, junho 2024

© 2024 AGAL

© Ira Hybris

© do prólogo, Daniela Ferrández e Xandre Garrido López

Associação Galega da Língua
Santiago de Compostela (Galiza)

atraves@a.gal

www.atraves-editora.com

ISBN: 978-84-16545-93-3

Depósito legal: C 902-2024

Coordenação editorial: Noelia Toja e Vítor Giadás

Tradução: Noelia Toja e Valentim Fagim

Revisão linguística: Noelia Toja e Vítor Giadás

Diagramação e capa: Miguel Durão

Impresso na Galiza: Sacauntos Coop. Gráfica

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

ÍNDICE

Prólogo:

Mutantes e divinas: uma ferramenta para (trans)formar | 11

PARTE I

Uma genealogia transfeminista (1975-2020) | 21

Primeiras teses protoabolicionistas | 25

Renunciar a ser mulheres e homens como práxis decolonial | 34

As palavras dos monstros | 39

O feminismo abolicionista contemporâneo | 46

Interlúdio: as teorias comunizadoras do género | 55

O género como (não) trabalho: os marxismos trans e *queer* | 62

PARTE II

O ABOLICIONISMO POR VIR

Dizer não ao género:

uma luta trans desejante para ultrapassar o que somos | 71

A transição (escolhida) como prefiguração abolicionista | 79

A abolição do género como abundância *queer* | 85

Addendum autoabolicionista: rumo à greve não-binária | 91

Bibliografia (por ordem de aparecimento) | 93

PRÓLOGO

MUTANTES E DIVINAS: UMA FERRAMENTA PARA (TRANS)FORMAR

Em 1980, uma militante dos movimentos de libertação (homo)sexual de Vigo debatia numa assembleia da Frente galega de Liberación Homosexual sobre uma das suas últimas leituras, *Elementos de crítica homosexual*, de Mario Mieli. Nessa reunião tratavam as propostas para levarem à Coordenadora de Frentes de Liberación Homosexual del Estado Español (COFLHEE).

As ferramentas teóricas e analíticas deste comunista italiano viriam, certamente, a servir para a construção discursiva desse impulso transformador, tão poderoso quanto efêmero, que foi a articulação dum movimento próprio galego. Tanto foi assim que o livro ficou impresso na ata de reunião como leitura recomendada; um autêntico fóssil que nos fala não só sobre aquilo que fomos, mas também sobre aquilo que aspirávamos a ser.

Uma olhada rápida nesse documento evidencia as inquietações teóricas e práticas destas células de militância num tempo de transformações. Após décadas de perseguição e violência estatal, medrava uma ação política que saía das ruas, parques e praças ocultas na escuridão para ocupar o centro das manifestações, das revoltas e das insubmissões. A bandeira das mudanças era galega e tinha uma estrela vermelha no centro; revia as propostas teóricas que, a partir do marxismo, imaginavam um mundo novo no qual estivéssemos todos.

O documento mostra uma necessidade central de tornar a sua dissidência numa proposta política que melhorasse a sociedade como um todo e analisa os pontos do debate que tinham de ser fulcrais numa hipotética unificação ideológica dos grupos galegos. Neles destaca o seu (auto)entendimento como uma fenda no sistema (cis)heterossexual que ês ligava diretamente ao movimento feminista, mas também a necessidade de construir «alternativas ao capitalismo» para semear liberdade.

Aplacadas pela crise da SIDA, desagregadas nas lutas sociais ou expulsas pelo sexílio¹ e a emigração, estas vozes acabaram silenciadas na escura gaveta do esquecimento. Só agora, num tempo de mergulho coletivo em velhos documentos, é que podemos (re)visitar os rastos do que deixaram. As descobertas, sem dúvida, ajudam-nos a conhecer o passado e a compreender o presente, ao mesmo tempo que nos tornam conscientes do imenso potencial militante que nos precedeu.

O facto de a nossa história ser um percurso de idas e vindas no qual a memória costuma ficar para trás — esquecida nas escuras gavetas dos relatos dominantes — gera nos ativismos uma certa sensação de «estar continuamente a colocar a primeira pedra» das nossas armações coletivas. No entanto, as olhadas para o passado mostram-nos todos os dias que muitas das questões que nos espreitam já estiveram presentes em debates antigos de intermináveis assembleias. Não se trata

¹ N.E.: Não é estranho que pessoas LGBT+ que nasceram numa vila, cidade ou país onde não podem existir livremente ou não encontram uma comunidade *queer* tenham de se mudar para uma cidade mais grande ou para outro país. Na Galiza, os destinos de sexílio mais comuns são as grandes cidades; em Portugal, Lisboa e no Estado espanhol, Madrid e Barcelona.

apenas de (re)conhecer o que nos precedeu, mas de (re)utilizar aquelas ferramentas teóricas num tempo em que se tornaram assaz úteis. A procura de utopias *queer* está mais viva do que nunca perante uma reação constante que emprega velhos argumentos contra realidades (não assim tão) novas.

Nesse caminho, o trabalho de Ira é fundamental, pois resgata referentes, propostas teóricas e ferramentas analíticas para as pôr a dialogar no enquadramento do marxismo *queer*. Tal como constrói no seu ensaio, o capitalismo não impregna apenas a nossa construção do mundo, como também o jeito em que interpretamos o passado. Através das suas páginas percorremos um caminho recuperado que se liga àquele espírito do final dos anos 70 com os seus anseios totalizantes. Isto implicava (e implica) questionar a ideia de «minoria» que a «repressão tolerante» nos gravou na pele. Pondo em dúvida o gueto e apelando à ação, rachavam frontalmente a permissividade de que respeita a expressões dissidentes sempre que se inscrevessem neste enquadramento da minoria, atravessado pelo mercado. Pois entender que a dissidência é construída por oposição a uma norma cisheterossexual modelada para a reprodução do sistema capitalista leva-nos a imaginar futuros *queer* possíveis, *queertopias*, por assim dizer, necessárias para todes, independentemente dos rótulos em que habitamos no presente.

Assim é que o imaginavam aquelas militantes que colecionavam lutas com a esperança de a mudança social ser de todes e para todes. Por isso, durante os seus reduzidos anos de organização, não se manifestaram apenas pela libertação sexual, mas também contra a OTAN e contra a nuclearização do País — juntamente com os sindicatos, as organizações de

bairro e outros movimentos sociais —, pois também se percebiam como uma parte visível de um todo que questionava a organização sexual da sociedade. Para elas, a «evolução normal» passava por uma sexualidade indefinida ao nascer, que acabava por ser moldada por instituições como «a Família, a Escola e a Igreja». Aspirar à totalidade, tal como propõe Ira, ajuda-nos a construir uma ponte entre o presente e o passado através das obras de Milei, Wittig e tantas outras. Estas propostas políticas radicais e *protoqueer* são, com certeza, um betume com o que asfaltar esses futuros caminhos que Ira nos convida a (re)pensar, imaginar e transitar.

Este livro chega à Galiza num momento em que a necessidade da sua leitura é imperiosa. Quando, na década passada, uma nova geração de militantes dissidentes de género recebíamos o testemunho do movimento de libertação LGBT+, muitas ainda mantínhamos a confiança numa espécie de exceccionalidade galega. Achávamos que os nossos movimentos sociais estavam vacinados contra a crescente vaga reacionária *antiqueer* — que já alagava o panorama internacional — graças ao grande trabalho e referencialidade de militantes trans históricas como Laura Bugalho ou de grupos como as Maribolheras Precárias. Porém, hoje vemos que a Galiza não foi uma exceção e que as posturas reacionárias se instalaram em todo o espetro do panorama político nacional, incluindo nos movimentos feministas e nacionalistas.

Tanto a partir do ativismo nas ruas como a partir da academia tem-se estudado nos últimos anos o fenómeno da emergência dum movimento internacional «antigénero», diretamente ligado à ascensão da extrema-direita. Esta corrente, encabeçada por grupos fundamentalistas religiosos e

partidos conservadores — mas, ao mesmo tempo, integrada por forças que pouco têm em comum com eles —, tem como elo de ligação a sua radical oposição a uma indeterminada «ideologia de género». Esta é uma expressão que, segundo o contexto, tanto pode remeter para a agenda política feminista na América Latina como para as propostas teóricas *queer* nos Estados Unidos; ou, então, ser sinónimo de promoção da homossexualidade na Rússia ou da homofobia, segundo agentes britânicos como a LGB Alliance.

O termo «ideologia de género» foi cunhado pelo Vaticano em meados da década de 90 e difundido mediante numerosas publicações oficiais nas quais acusam reiteradamente organismos internacionais como as Nações Unidas ou a União Europeia de estarem a promover sibilinas ações políticas destinadas ao desmantelamento da Igreja católica através da desestabilização das categorias naturais de «homem», «mulher», «sexo», «matrimónio» e «família». O Papa Francisco chegou a afirmar que a ideologia de género supunha um ataque direto contra a autoridade do próprio Deus e comparou-a, em perigosidade, com a bomba atómica.

Este movimento internacional antigénero coincide na ideia de que um conjunto variável de atributos incluído sob o rótulo de «género» constitui manifestações socioculturais artificiais, enquanto existe uma forma correta e «natural» destes atributos, forma que deve ser protegida face a certos ataques ou ativamente recuperada caso tivesse perdido prevalência na sociedade atual. A flexibilidade que outorga poder designar umas formas de sexualidade, relações de género, direitos reprodutivos ou estruturas familiares como artificiais e

PARTE I

UMA GENEALOGIA TRANSFEMINISTA (1975-2020)

A luta ativista realizada pelas pessoas trans e as que denunciavam o binómio de género adquiriu uma visibilidade sem precedentes na última década. Estamos perante um momento histórico, um *transgender tipping point*, (ponto de inflexão trans), nas palavras da revista norte-americana *Time*. Paradoxalmente, o passo em frente nos direitos sociais e no reconhecimento na esfera pública do movimento trans, bem como a sua hegemonia no plano cultural, provocou um retrocesso no pensamento e na política feministas. As posições herdadas do feminismo cultural estado-unidense, que equipara a libertação das «mulheres» ao desenvolvimento e à preservação duma contracultura feminina, espalharam a suspeita de que as políticas trans implicam uma lógica patriarcal. Longe de questionar criticamente a produção social dos corpos masculinos e femininos, as pessoas trans viriam a naturalizar, a interpretar como individual e inato, um espaço que os feminismos tinham *tradicionalmente* considerado um terreno de disputa política, pelo que o esvaziam assim dos seus componentes mais radicais. Diante das reivindicações trans, que enriquecem as suas exigências ao problematizarem a forma como os trânsitos foram patologizados, e que reivindicam a agência do próprio corpo, as forças que lideraram a reação postulam que o género é violento em si mesmo. Segundo esta corrente, popularmente conhecida como «feminista radical trans-excludente» (TERF, pela sigla em inglês), a única posição política válida é exigir a abolição do género. Desta forma, a reação trans-excludente colocou o horizonte emancipatório da abolição do género num imaginário antagónico com a exigência histórica trans da livre autodeterminação do género. Este ensaio propõe retomar

abordagens e genealogias alternativas dentro do abolicionismo de género, a fim de articular uma leitura em que, como defende a feminista marxista Alva Gotby, os movimentos trans e *queer* possam ser entendidos como uma forma de resistência imanente face à imposição do género sob o capitalismo (2023, 159).¹

Na mesma linha, a académica marxista trans Jules Joanne Gleeson situa o abolicionismo do sistema prisional como um precedente necessário para a abolição do género e centra a ação política no derrube das condições materiais sobre as quais o aparelho punitivo é construído (2017). De facto, a noção de «abolição» adquiriu uma popularidade sem precedentes a partir do assassinato policial-racista de George Floyd, na primavera de 2020, o qual explica a existência duma imaginação crítica orientada para a construção coletiva dum mundo em que nem as prisões, nem as forças policiais, nem as lógicas burguesas de punição são necessárias. Como expõe a investigadora Marquis Bey a partir das coordenadas do transfeminismo radical negro, a abolição deve ser entendida como um projeto expansivo que não se limita às instituições que encarceram pessoas atrás das grades, mas engloba todas as formas de carceragem e cativoiro (2021, 22). Deste modo, a articulação contemporânea da abolição expande a sua interpretação do retábulo de instituições capitalistas a serem radicalmente superadas, incluindo entre elas o género e a família. Seria possível, então, reescrever a fórmula com que a feminista marxista Kathi Weeks — ecoando o trabalho das autoras Michèle Barrett e Mary McIntosh — descreve a abolição da família e concordar que a luta pela abolição do géne-

¹ Gotby acrescentará que, na prática, o feminismo transfóbico compromete a abolição do género.